


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O PARANÁ QUE A CRIAMOS"

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 05/2026**

**I – Das Partes Contratantes:**  
CONCEDENTE: O MUNICÍPIO RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.380.071/0001-68, estabelecido na Avenida Paraná, 155, denominado a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal, Senhor Roberto Aparecido Corredato, brasileiro, casado, RG nº 3.003.952-1/PR, e do CPF nº 548.223.009-00.  
CONCESSIONÁRIA: FABIO GOMES BERNARDO 04821988186, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à RUA JOSÉ BELLUCO, quadra 04 lote 02 - CEP: 87.800-000 - BAURIO: MARECHAL 1 RONDON, cidade de Rondon/PR, inscrita no CNPJ sob nº 45.731.889/0001-15, neste ato representada por seu PROPRIETÁRIO, o Senhor FABIO GOMES BERNARDO, inscrito no CPF nº 048.219.881-86.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA CONCESSÃO**  
Constitui objeto deste Instrumento, a Seleção de pessoas jurídicas de direito privado para a concessão de direito real de uso de lotes urbanos, de propriedade da municipalidade, cumpridas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017, mediante condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão de uso, cujas regras os interessados deverão submeter-se. O terreno localiza-se no perímetro urbano da cidade de Rondon/PR, de propriedade da municipalidade, conforme tabela abaixo:  

**LOTE DE TERRAS Nº 07 (SETE) COM ÁREA DE 706,06 M², RESULTANTE DO DESMEMBRAMENTO DA SUPER QUADRA Nº 18-K-R, ESTA DESMEMBRADA DA SUPER QUADRA Nº 18-K, DA PLANTA OFICIAL DA CIDADE DE RONDON.**  
Área – 706,06m²  
Divisão e Confrontações: Frente: Confrontando com a Rua Mário José Marfins, no rumo NE 62°40' 30" por uma distância de 16,60 metros; Lado Esquerdo: Confrontando com o lote nº 06, no rumo NO 37°20' SE por uma distância de 42,78 metros; Fundos: Confrontando com a Rua Agnol Bonefili, no rumo SO 62°40' NE por uma distância de 16,60 metros; e Lado Direito: Confrontando com o lote nº 08 no rumo SE 37°20' NO por uma distância de 42,78 metros.  
MATRÍCULA Nº 30.736 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CIDADE GAÚCHA-PR

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO**  
A presente concessão de uso se faz com base nos permissivos constitucionais e legais regedores da Administração Pública em geral, com fundamento na lei Orgânica do Município de Rondon-PR, Lei Municipal nº 1.798/2017 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES/MSI nº 12, de 31 de março de 2023, Edital Concorrência Pública nº 06/2025 e Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2.021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – FINALIDADE DA CONCESSÃO**  
A finalidade principal desta concessão é justamente proporcionar condições para instalação de nova empresa/indústria ou ampliação e criação de filiais das já existentes no Município, o qual somente será beneficiado com a outorga da escritura pública definitiva se cumpridas todas as exigências legais, visando promover o desenvolvimento econômico e social da nossa comunidade.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA CONCESSÃO**  
O prazo desta concessão de uso será pelo período de 05 (cinco) anos, no caso de cumprimento das exigências dispostas na lei municipal nº 1.798/2017 e neste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO**  
O concessionário obriga-se as seguintes condições:  
a) Arcar com as despesas necessárias à lavratura do Termo de Concessão de Uso, certidões de praxe, cartórios, bem como todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros que incidirem ou venham a incidir sobre a Concessão Real de Uso, do objeto do presente Contrato de Concessão de Direito de Uso.  
b) Arcar com todas as despesas decorrentes da Instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como os tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel.  
c) O Concessionário toma-se responsável, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão de Direito de Uso, pelo pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, telefone, energia elétrica e demais despesas inerentes ao bem.  
d) Protocolar o pedido de aprovação do projeto da construção, junto à Secretaria Municipal de Planejamento do município de Rondon, em até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão de Direito de Uso. Os projetos das instalações deverão obedecer ao Código de Obras Municipal, bem como Plano Diretor e legislação ambiental vigente.  
e) O(s) projeto(s) de construção que não for(em) aprovado(s) pela Secretária Municipal de Planejamento, deverá(ão) ser adequado(s) em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o indeferimento do(s) projeto(s), passível de eliminação em caso de não aprovação pelo setor competente ou expiração do prazo.  
f) A obrigação de edificar e dar início às atividades da empresa, no imóvel concedido em uso, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Uso de Bens Públicos e expedição do Alvará de Construção pelo município concedente. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Prefeito Municipal na hipótese de força maior ou outro motivo relevante e plenamente justificado.  
g) Comprovar a metragem da construção edificada no imóvel, bem como demonstrar o capital integralizado, mediante documentação probatória, de acordo com o apresentado na proposta técnica da Concorrência Pública 06/2025.  
h) Comprovar a geração de novos empregos formais com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local, de acordo com o apresentado na proposta técnica da Concorrência Pública 06/2025. A comprovação da geração de empregos será demonstrada por meio de demonstrativos contábeis, apresentação das RAUS – Relação Anual de Informações Sociais, e demais documentos pertinentes. Os vínculos empregatícios deverão ser comprovados pelo período dos últimos 03 (três) anos da concessão, a qual deverá ser feita anualmente.  
i) A obrigação de manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade industrial/empresarial indistintamente, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal.  
j) Cumprir dentro do prazo pactuado, as obrigações assumidas, sob pena de perder o direito real de uso concedido, revertendo-se a posse do imóvel para o Município, inclusive as benfeitorias edificadas ou implantadas pelo concessionário, sem direito a retenção ou indenização.  
k) Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos causados a terceiros, usuários e funcionários no âmbito dos terrenos cedidos e das edificações neles erigidas.  
l) Cumprir todas as determinações da legislação ambiental e, consequentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e IAP, se for o caso.  
m) Não causar embargo de qualquer espécie aos serviços na área cedida pelo Município de Rondon, atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações da Secretaria Municipal de Planejamento.  
n) Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e insumos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Termo de Concessão de Uso.  
o) O Concessionário fica expressamente proibido de alienar/vender, transferir, locar ou sublocar o bem cedido sem anuência do Município.  
p) O concessionário deverá promover o uso do imóvel, zelosamente, mantendo-o limpo, executando as suas despesas todos os serviços de conservação que se façam necessários.  
q) É vedado ao concessionário ceder a(s) área(s) a terceiros a qualquer título gratuito ou oneroso dos lotes, bem como das construções que serão edificadas, salvo prévia autorização da Administração Municipal.  
r) Não será permitido a inclusão de casa de moradia, tampouco a inclusão de quaisquer tipos de residência seja ela em prédio separado ou em anexo a construção original.  
s) Ao final de 05 (cinco) anos deverá a empresa vencedora do certame ter cumprido todas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017, bem como do contrato de concessão de direito de uso, para que possa receber a doação definitiva e outorga da escritura do imóvel. Na hipótese do concessionário não se consolidar nos 05 (cinco) anos, e não atender as disposições do presente edital, bem como do contrato de concessão de direito de uso e das disposições da Lei Municipal nº 1.798/2017, o imóvel cedido será reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel reverterão ao patrimônio do Município ao final da concessão, sem que caiba ao CONCESSIONÁRIO quaisquer direitos a indenizações.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**  
a) A presente concessão sujeita-se à fiscalização do poder concedente, com a cooperação do concessionário;  
b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento das obrigações do concessionário;  
c) Extinguir a concessão caso houver descumprimento das exigências legais;  
d) Designar pela Secretaria Municipal de Planejamento, Comissão devidamente constituída através de Portaria, para que juntamente com o Setor Jurídico, efetuem o acompanhamento e a fiscalização do contrato, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos e obrigações nele estabelecidos.  
e) Realizar a doação definitiva e outorga da escritura do lote cedido ao concessionário após o cumprimento das exigências contidas na Lei 1.798/2017, que rege este objeto.

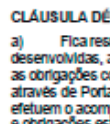
**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**  
a) Ao final de 05 (cinco) anos, deverá o concessionário ter cumprido todas as exigências da Lei Municipal nº 1.798/2017 e as cláusulas do presente contrato para que possa receber a doação definitiva e outorga da escritura do imóvel.

**CLÁUSULA OITAVA – DA REVERSÃO DO TERRENO AO MUNICÍPIO**  
O CONCESSIONÁRIO perderá o direito de concessão de uso do terreno, retornando o mesmo ao CONCEDENTE, inclusive com as benfeitorias realizadas, sem direito a indenização, em caso de:  
a) Desativação das atividades por mais de seis meses;  
b) Não atender a área da construção a ser edificada, apresentada na proposta técnica;  
c) Não comprovar o capital integralizado, apresentado na proposta técnica;  
d) Não comprovar a geração de novos empregos formais com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local, de acordo com o apresentado na proposta técnica e das condições do presente contrato;  
e) Violar obrigações tributárias;  
f) Transferir imóvel para terceiros antes do prazo determinado por lei;  
g) Ceder, locar, sublocar, arrendar ou alienar o imóvel para terceiros até a concessão definitiva do imóvel.  
h) Violar fraudulentamente as obrigações tributárias e ambientais;  
i) Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

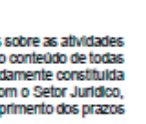
**CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO**  
a) Na hipótese do concessionário não se consolidar nos 05 (cinco) anos, e não atender as disposições do presente contrato e da Lei Municipal nº 1.798/2017, o imóvel cedido será reincorporado ao patrimônio municipal, e as benfeitorias que forem construídas no imóvel, revertendo ao patrimônio do Município, sem que caiba ao Concessionário quaisquer direitos a indenizações.  
b) No caso de resolução do contrato com reincorporação do imóvel ao patrimônio municipal, a empresa inadimplente não terá direito a qualquer indenização das benfeitorias realizadas;  
a) Fica expressamente proibida a alienação do imóvel a terceira pessoa ou realização de sucessão comercial, locação, sublocação, cessão ou arrendamento, sob pena de imediata reversão do imóvel ao Município de Rondon, inclusive com as benfeitorias já realizadas, sem qualquer direito de indenização ao Concessionário.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO LICENCIAMENTO**  
a) O licenciamento ambiental é de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, nos casos específicos em que é inerente a atividade desenvolvida pela empresa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**  
a) O descumprimento das cláusulas constantes neste contrato e na Lei Municipal nº 1.798/2017, importa em rescisão contratual, nos termos do artigo 137 e 138 da Lei 14.133/21 e suas alterações.  
b) O presente TERMO poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:  
b.1) Ininteligência de qualquer obrigação ajustada;  
b.2) Liquidação amigável ou judicial, de decretação de falência da CONCESSIONÁRIA.  
b.3) Se a CONCESSIONÁRIA, sem prévia autorização do MUNICÍPIO, transferir, emprestar ou locar, interromper ou paralisar as atividades, desviar a finalidade, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste TERMO.  
b.4) E os demais mencionados no Artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O PARANÁ QUE A CRIAMOS"

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**  
a) Fica ressalvado, a concedente o direito de visitar o imóvel e solicitar informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, pertinentes ao conteúdo de todas as obrigações contidas neste contrato. A fiscalização será realizada por Comissão devidamente constituída através de Portaria pela Secretaria Municipal de Planejamento, para que juntamente com o Setor Jurídico, efetuem o acompanhamento e a fiscalização do contrato, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos e obrigações estabelecidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONCESSÃO DEFINITIVA**  
a) Após decorridos os 05 (cinco) anos, e comprovados pela Concessionária o cumprimento dos encargos previsto no presente contrato e na Lei Municipal nº 1.798/2017, os quais deverão ser atestados por meio de parecer emitido pela Comissão competente, e a manutenção da empresa em atividade, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a doação definitiva e outorga da escritura do imóvel cedido à Concessionária, com a condição de ser mantida a sua destinação para fins industriais, comerciais ou atividades de prestação de serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**  
a) Incumbirá ao contratante divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**  
a) Fica eleito o foro da Comarca de Cidade Gaúcha/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Rondon-PR, em 09 de fevereiro de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL

CONCESSIONÁRIO

TESTEMUNHA 01  
RG N.º

TESTEMUNHA 02  
RG N.º



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O PARANÁ QUE A CRIAMOS"

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**DISPENSA ELETRÔNICA P/ LIMITE Nº 07/2026**

O Exmo. Sr. ROBERTO APARECIDO CORREDATO, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da dispensa eletrônica supra citada, cujo objeto foi adjudicado às seguintes empresas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.065 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes.

PROponente	CNPJ	Valor R\$	Valor por Extenso
COMP TECNOLOGIA LTDA	09.467.409/0001-97	4.799,98	Quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos

Rondon – PR, 11 de fevereiro de 2026.

ROBERTO A. CORREDATO  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O PARANÁ QUE A CRIAMOS"

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 06/2026**  
**Inexigibilidade nº 01/2026**

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa ESCOLA PASSOS DO SABER - EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Credenciamento de Instituições Educacionais Privadas que estejam regularmente constituídas, especializadas na área de ensino, para prestação de serviços visando o atendimento temporário de vagas de Educação Infantil para, no máximo, 30 (trinta) crianças nascidas entre 01/04/2022 a 31/03/2023, a fim de ampliar provisoriamente a capacidade de oferta imediata de vagas públicas, localizadas no Município de Rondon.

Valor: R\$ 406.861,20 (Quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento de Inexigibilidade, em parcelas mensais, vencíveis até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada(o) pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UN.FUN.CAM.SUB.FUN.PRO.DEST.PROJ-AT/NOME-PROJ-AT.	CAT. ECON	FONTE
0801 12 365 02 2 15 Manutenção Educacional Infantil	3300000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Duração: O presente contrato terá duração até o dia 08/02/2027, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Furo: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 09/02/2026.

Rondon – Pr, 09 de fevereiro de 2026.

Roberto Aparecido Corredato  
Prefeito Municipal



**HOSPITAL SANTA MÔNICA**  
FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE RONDON  
Av. Mato Grosso, nº. 747, Fones (01144) 3672-1333  
CEP-87800-000 – RONDON/ PARANÁ  
hmtmas@carredatos@gmail.com  
CNPJ 78.191.574/0001-81

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026**

A FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE RONDON, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 747, na cidade de Rondon – PR, em cumprimento ao que dispõe seu Estatuto, em conformidade com o Capítulo III da Administração, Seção II, artigo 15, alínea "b", torna público e convoca os membros do Conselho Administrativo, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para participarem da eleição e posse da nova diretoria.

A eleição será realizada no dia 16 de março de 2026, às 20 horas, na sede do Rotary Clube de Rondon, situada na Avenida Brasil, nº 400, na cidade de Rondon – PR.

O mandato terá duração de 2 (dois) anos, compreendendo o período de 16 de março de 2026 a 16 de março de 2028.

As inscrições de chapas deverão ser efetuadas na Secretaria da Fundação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data do pleito.

Rondon – PR, 11 de fevereiro de 2026.

SERGIO ANTONIO FARINHA  
DIAS-51374412  
953

Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO FARINHA DIAS-51374412953  
Dados: 2026.02.11 09:01:39 -03'00'

Sergio Antonio Farinha Dias  
Presidente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 107/2025 - PMI**  
Que entre si fazem de um lado como CONTRATANTE o Município de JUSSARA, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-8 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34, e do outro lado a Sra. MARIA APARECIDA PATARO REAMI, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 486.899.049-72, com domicílio na Av. Souza Naves, 980 – AP 112, Cianorte/Pr, denominada LOCADORA, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.  
**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato 107/2025, na modalidade inexigibilidade de licitação Nº 15/2025-PMI, tendo como data de início de vigência em 16/09/2025.  
**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**  
O presente aditivo fundamenta-se no art. 137, inciso VII e art. 138, inciso II, da Lei 14.133/2021, que autorizam a rescisão contratual por acordo entre as partes, observando-se os princípios da eficiência, transparência e economicidade.  
**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO**  
Com a presente rescisão, o Contrato nº 107/2025 fica encerrado a partir da data de vigência deste Termo Aditivo, permanecendo válidas apenas as obrigações assumidas até a referida data, se houver.  
E por estarem assim, justos, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.  
JUSSARA, 11 de fevereiro de 2026.  
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL  
LOCATARIO  
TESTEMUNHAS:  
Gustavo Trevisan Cordeiro  
CPF: 094.624.709-26  
MARIA APARECIDA PATARO REAMI  
CPF nº 486.899.049-72  
LOCADOR  
JOSE VIEIRA DOS SANTOS  
CPF: 615.473.319-68

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2026-PMI**  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.  
CONTRATADA: ELETROMEGA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OBRAS EIRELI - CNPJ: 40.993.218/0001-48.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ORNAMENTAL NA PISTA DE CAMINHADA E NO TREVO DE ACESSO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA - PR  
FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica 002/2023.  
VALOR GLOBAL: R\$ 642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais).  
VALIDADE: 12 meses.  
Jussara-PR, 11 de fevereiro de 2026.  
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL


Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**PORTARIA Nº 026/2026**  
Dispõe sobre a instituição da Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, para o quadriênio de 2026 a 2029, e dá outras providências.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e  
CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026 – 2029, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;  
CONSIDERANDO a importância da participação de representantes da gestão e das proteções sociais básica e especial no processo de planejamento das ações socioassistenciais;  
**RESOLVE:**  
Art. 1º Fica instituída a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, para o período de 2026 a 2029, no âmbito do Município de Jussara/PR.  
Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:  
I – Representantes da Gestão:  
• Jéssica Rogério Ferreira;  
• Joice Francieli Tomaz Freitas;  
• Celso Evaristo da Costa.  
II – Representantes da Proteção Social Básica:  
• Jussara Regina Barbosa;  
• Jéssica Camila Lopes Furtado;  
• Rodolpho Henrique de Oliveira Cunha;  
• Márcia de Oliveira Benício.  
III – Representantes da Proteção Social Especial:  
• Gabriela Perez Nogueira;  
• Lucilaine Rodrigues Costa Lima;  
• Ediane Carla de Jesus Bonfim;  
• Lene de Silva Abade.  
Art. 3º Compete à Comissão:  
I – Coordenar o processo de elaboração do PMAS 2026–2029, em consonância com a PNAS e o SUAS;  
II – Realizar diagnósticos, estudos e debates necessários ao planejamento das ações socioassistenciais;  
III – Promover a participação dos usuários, trabalhadores, entidades e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS na construção do Plano;  
IV – Elaborar e apresentar a minuta final do PMAS 2026–2029 para apreciação do CMAS e posterior encaminhamento para os trâmites legais de aprovação.  
Art. 4º A Comissão terá prazo até 25/02/2026 para conclusão dos trabalhos e apresentação da versão final do PMAS 2026–2029.  
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2026.  
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL



 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ</b> Praça Municipal "Manoel Peres Filho" <small>Rua (antiga) da Liberdade, nº 107 - Centro            JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ</small>			
<p align="center"><b>EDITAL Nº 007/2026 – PSS</b> <b>PSS ANO 2025</b></p>			
<p align="center"><b>SUMULA:</b> Convoca candidatos aprovados em Teste Seletivo Aberto pelo Edital Nº 001/2025 de 17/07/2025 e Homologado pelo Decreto Nº 122/2025 de 02/10/2025.</p>			
<p>A <b>ADRIANA CRISTINA POLIZEL</b>, Prefeita Municipal de Japurá – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, <b>CONVOCA</b> candidatos aprovados em Teste Seletivo Aberto pelo Edital Nº 001/2025 de 17/07/2025, de acordo com o Resultado Diálogo pelo Edital Nº 005/2025 de 26/05/2025 e Homologados pelo Decreto Nº 021/2024 de 16/02/2024, prorrogado pelo Decreto Nº 122/2025 de 02/10/2025 como segue:</p>			
<p><b>PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2311-16</b></p>			
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL
46	50372	ALINE LEMES DA S MATHIEUS	6,50
47	50430	JACQUELINE LEY LOOZ CASAROTTI GARCIA	6,50
<p>Os candidatos deverão comparecer à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Japurá entre os dias 12 e 13 de fevereiro de 2026 e os dias 18 e 20 de <u>março</u> de 2026, no horário compreendido entre as 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 16:30 horas.</p>			
<p>Os professores poderão entregar a documentação por meio de procurador com firma definitiva.</p>			
<p>De acordo com o item 11.1 do Edital Nº 001/2025 de 17/07/2025 devêrão apresentar <u>OBRIGADA</u> e <u>CÓPIAS</u> TRÊS dos seguintes documentos</p>			
I.	Cédula de Identidade <u>Avalizada</u> .		
II.	Cadastro de Pessoa Física (CPF) atualizado, disponível em <a href="https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultarhuacnao/consultapublica.asp">https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultarhuacnao/consultapublica.asp</a>		
III.	Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;		
IV.	Certificado de Reservista (se for do sexo masculino);		
V.	Carteira de Trabalho;		
VI.	Certificado de Conclusão ou Diploma da escolaridade exigida devidamente reconhecido pelo Órgão Público competente;		
VII.	Cartão do PIS/PASEP;		
VIII.	Carteira Nacional de Habilitação		
IX.	Certidão de casamento ou nascimento;		
X.	Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos de idade;		

Assinada pelo(a) Sr.(a), Cargo, CPF 91223-00 e e-mail: [japurajg@pr.paranapolice.com.br](mailto:japurajg@pr.paranapolice.com.br)



**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
 Estado do Paraná  
 Praça Paraná, 50 - FONE: (41) 3111-1000 - FAX: (41) 3111-1004 - CEP 81.104-212 (44) 9148-2848  
 Site: [www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br](http://www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br) e-mail: [contabilidade@saomanuel.pr.gov.br](mailto:contabilidade@saomanuel.pr.gov.br)  
 CEP 87.215-000 São Manoel do Paraná - Paraná  
 C.N.P.J. - 06.909.617/0001-43

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**CREDECIMENTO/CHAMAMENTO PUBLICO Nº 07/2026 - PMSMP**

**O presente procedimento licitatório seguirá nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.**

O Município de São Manoel do Paraná, torna público aos interessados, que está recebendo a partir das 07h30min do dia 18 de março de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, os documentos para credenciamento, conforme especificações abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE de ACORDO COM A LEI Nº 11.947, DE 16 JUNHO DE 2009 E RESOLUÇÃO Nº 06 DE 08 DE MAIO DE 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	VALOR GLOBAL
		R\$ 181.683,50

PRAZO DE EXECUÇÃO	Até 31/12/2026
-------------------	----------------

Os itens supracitados são parte integrante da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade, Turismo e Cultura. A pasta Técnica, com o interior toro do Edital e seus respectivos modelos, adendo e anexos, poderão ser examinados no endereço supracitados no horário comercial e no site [www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br](http://www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br) Informações adicionais e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos aos Membros da Equipe Permanente de Licitações no endereço acima mencionado ou pelos telefones: (44) 9194-3282 / (44) 9194-2848 - E-mail: [contabilidade@saomanuel.pr.gov.br](mailto:contabilidade@saomanuel.pr.gov.br).

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 11 de fevereiro de 2026.

**WITOR HUGO RODRIGUES**  
 Prefeito Municipal

1. **Tecido**  
 Sua avaliação a qualidade do tecido, observando-se a alto transparência, a maciez e a gramatura compatível com o tipo de tecido solicitado. Verificar-se, ainda, a resistência à formação de bordados. O produto não poderá apresentar costuras tortas ou sem fios soltos.

2. **Bordado**  
 Sua avaliação a qualidade do bordado quanto a fixação e a durabilidade no tecido. O bordado não deverá soltar-se, desbotar ou se desprender do produto.

3. **Mangas e Colar**  
 Sua avaliação se o produto apresenta mangas e gola em conformidade com o modelo solicitado.

4. **Zip**  
 Sua avaliação se o ziper apresenta boa resistência, alto qualera com facilidade e está corretamente aplicado no produto.

5. **Costura**  
 Sua avaliação as costuras quanto ao alinhamento, refugo e adequada fixação no tecido.

6. **Aplicação dos Botões**  
 Sua avaliação se os botões estão corretamente aplicados, bem fixados, alinhados e compatíveis com o modelo solicitado, não apresentando folgas, despreendimento ou falhas de acabamento.

7. **Design**  
 Sua avaliação se o produto atende aos modelos solicitados, bem como a correta aplicação dos elementos visuais previstos.

Observação: Os critérios abaixo serão aplicados conforme a existência do respectivo componente no item analisado. Caso o item não possua determinado elemento (ex: ziper, botões, mangas, gola), o critério correspondente não será aplicado.

Critério	Classificação
1. Tecido	
2. Estampa/Bordado	
3. Mangas/Colar	
4. Fecho	
5. Costura	
6. Aplicação dos Botões	
7. Design	
Observações:	
Resposta:	
Análise em:	
<b>APROVADO ( )</b>	<b>REPROVADO ( )</b>

5. **CONCLUSÃO**

<p>Secretaria Municipal de Saúde</p> <p>Silo Manoel do Paraná, 11 de fevereiro de 2026</p> <p><b>VITOR HUGO RODRIGUES</b>          (Assinado Original)</p>
--

 **MUNICÍPIO DE IRITÓICA**  
Praça Garibaldi, 150 - Centro - CEP 87.235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1150 - CNPJ 17.5796.355/000177  
E-mail:iritioca@indianopolis.pr.gov.br  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026**

Ratifico por este termo a Dispensa de Licitação para Contratação de Empresa Técnica de consultoria em gestão na criação e implementação de Políticas Públicas Municipais, abrangendo as áreas Cultura, Turismo, Esporte, e Indústria e Comércio.

Em favor de:

**ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº: 43.661.399/0001-64, sediada na RUA CASTRO ALVES, 862 - CEP: 89700-000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/U/F: Lobato/PR

O custo total será de **R\$ 60.000,00 (sessenta Mil Reais)**, com base na lei federal 14.133/2021, de acordo com o parecer da assessoria jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o processo n.º 10/2026.

**PAULO CEZAR RIZZATO**  
MARTINS 796649599-9  
49

**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Indianópolis/PR, 11/02/2026**

**Prefeitura Municipal de São Tomé**  
C.N.P.J 75.381.178/0001-29  
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 – FONE: (44) 3807-1280  
Site: www.saotome.pr.gov.br – e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br  
CEP 87200-000 – SAOTOME – PARANA

São Tomé, 10 de fevereiro de 2026.

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA — PARQUE INDUSTRIAL  
MUNICIPAL**

A Prefeitura Municipal de São Tomé convida toda a comunidade para participar da Audiência Pública referente ao Projeto de Implantação do Parque Industrial Municipal.

Data: 20/02/2026  
Horário: 09 horas  
Local: **Sala de Reuniões – Paço Municipal**

Objetivos:


- Apresentar o projeto do Parque Industrial;
- Prestar informações técnicas e jurídicas;
- Receber sugestões e manifestações da população.

Inscrição para fala:

- no início da audiência.

A audiência terá caráter consultivo e será registrada em ata.

**João Paulo Travassos Raddi**  
**Prefeito Municipal**



# CICEOP/CP

## Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná

CNPJ: 01.178.931/0001-47

[www.ciceop.com.br](http://www.ciceop.com.br)

**República por inscrição**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 197/2024 ORINDO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 06/2024, CONTRATANTE: CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ - CICEOP/CP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.178.931/0001-47, com sede na Rua Paratingá, 63 - Centro, na cidade/Estado de Paraná, com: CONTRATADA: CERZEMAR HOSPIEDADES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Presidente Osmar Sobrinho, nº 290, CEP 80.210-000, na cidade/Estado de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.254.088/0001-25, telefones (41) 3087-4310. Email: cewmarcuritiba@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. C. (cleomar Del Gasparin. OBJETO DO CONTRATO: prestação, pela CONTRATADA, de serviços de fornecimento de cado de apoio que compretem no mínimo, hospedagem, alimentação e transporte, com atendimento 24 horas, em unidades de sistema único de saúde – SUS, que estão em Tratamento Fora do Domicílio – TFD e seus acompanhantes, oriundos dos municípios conserciados no Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná – CICEOP/CP, a serem prestados de acordo com as necessidades dos usuários e nas condições estabelecidas neste Termo e no edital de credenciamento nº 04/2024. OBRIGADO DO CONTRATO: adimplir, proporcionar o prazo de vigência do termo de credenciamento, pelo período de 18 meses de duração de 2025 até 18 de dezembro de 2026. O presente termo aditivo tem por objeto igualmente o reajuste tarifário dos serviços contratados no importe de 4,68% (Quatro vigência e seis por cento), baseado em valor de R\$ 195,75 (cento e cinquenta e cinco centavos) para R\$ 110,27 (cento e dez reais e sete vintavos), referente a AJUDA DE CUSTO PARA ALIMENTAÇÃO E PERNOITE DE ACOMPANHANTE e AJUDA DE CUSTO PARA ALIMENTAÇÃO E PERNOITE DE PACIENTE em isolamento, a ser pago a partir de 01/01/2025, com base no valor de R\$ 159,11 (cento e cinquenta e nove reais e onze centavos) para R\$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos) para AJUDA DE CUSTO PARA ALIMENTAÇÃO E PERNOITE DE PACIENTES EM ISOLAMENTO e AJUDA DE CUSTO PARA ALIMENTAÇÃO E PERNOITE DE ACOMPANHANTE EM ISOLAMENTO. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as condições e obrigações do Contrato citado acima, ficando este como parte integrante e complementar daquela, a fim de que juntos produzam um só efeito. FUNDAMENTO: Art. 104, I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Cancele, 15 de dezembro de 2025.**

**MARCO ANTONIO FRANZATO**

**Presidente**

*Original assinado no processo*